

ABYA-YALA: acesso à justiça e direitos desde perspectivas latinoamericanas

Rebecca Lemos Igreja
Universidade de Brasília (UnB), Brasil
rebecca.igreja@gmail.com

Talita Tatiana Dias Rampin
Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil
talitarampin@gmail.com

María Teresa Sierra Camacho
Centro de Investigación y Estudios Superiores en
Antropología Social, México
mtsierrac@hotmail.com

Abya-Yala é uma expressão originária do idioma kuna utilizada para designar o território que hoje conhecemos como “continente americano”. Delimitar um significado exato para a expressão Abya-Yala é uma tarefa difícil, pois as línguas ancestrais – como é o caso da kuna – possuem termos de alto grau de abstração e plurissignificação. “Yala” é denominação para terra, território. “Abya” denota mãe, jovem madura, sangue vital. Juntos, os termos transmigram para conformar novos significados: terra de todos, território em plena maturidade, terra viva, de sangue. É área ancestral que a todos acolhe.

Desde 1492 os povos originários de Abya-Yala resistem e lutam pelo reconhecimento de suas identidades, culturas e cosmovisão. A colonização europeia no continente, iniciada no século XV e intensificada e complexificada nos períodos seguintes, marca um violento processo de exploração e de genocídio dos povos originários. Essa condição de subordinação de diferentes povos e camadas da população socialmente desfavorecida perpetua-se em uma situação de colonialismo interno que promove uma profunda injustiça social.

Nos últimos anos, o surgimento e fortalecimento de novas forças políticas, de movimentos sociais e a elaboração de novas constituições nacionais no continente assinalaram para a necessidade de se ampliar a cidadania, de reverter essa situação de subordinação e de se promover não somente direitos políticos, mas igualmente direitos sociais para todos e todas. O tema sobre o acesso à justiça ganha espaço nesse contexto, uma vez que esse acesso é considerado como um direito fundamental para a garantia das demandas por justiça social e, ao mesmo tempo, colocado em disputa nos diferentes contextos e projetos de sociedade.

Abya-Yala é ressignificada na proposta da revista como uma luta constante pela reivindicação de justiça e direitos, realização da justiça social e garantia dos direitos humanos no continente americano e nos demais países, principalmente do sul global, que compartilham dessa mesma luta. É a resistência a qualquer estratégia que negue as especificidades, as experiências e os contextos dos diversos países e que, ao mesmo tempo, negue o reconhecimento dos direitos humanos compreendidos como processos de lutas e emancipação.

Tomando emprestados todos esses significados, ABYA-YALA - REVISTA SOBRE ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS NAS AMÉRICAS é um periódico acadêmico organizado no âmbito das atividades do Grupo de Estudos Comparados México, Caribe, América Central e Brasil – MeCACB e do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre acesso à Justiça e direitos nas Américas – LEIJUS do Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA, Universidade de Brasília -

UnB, em colaboração com o Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social – CIESAS/México.

Em seu corpo editorial, integram-se docentes da UnB, do CIESAS/México, da Universidade Federal de Goiás - UFG e da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Além disso, Abya-Yala conta com o apoio da Rede Latina Americana de Antropologia Jurídica - RELAJU e pesquisadoras e pesquisadores de diferentes países e nacionalidades, especialistas no tema de acesso à justiça e direitos.

Abya-Yala é, portanto, um periódico que visa estimular e difundir, no campo das ciências humanas e sociais, estudos sobre as justiças e os direitos a partir dos diferentes contextos latino-americanos e da América em geral. Pretende, em especial, dar vazão a estudos e reflexões críticas, multidisciplinares, multiculturais, plurais e comparativas sobre o acesso à justiça, que tanto é fenômeno, como pode ser categoria analítica, instrumento de dominação ou direito da pessoa humana.

Em seu primeiro número, Abya-Yala faz uma homenagem a Magdalena Gómez, autora de importantes obras acadêmicas e de notório engajamento político e institucional na defesa dos direitos dos povos indígenas na América Latina. A homenagem é feita por uma apresentação da professora Maria Teresa Sierra (CIESAS/México), seguida de um artigo de Magdalena Gómez, “El derecho indígena en el marco de la negociación del Ejército Zapatista de Liberación Nacional y el Gobierno Federal”, publicado originalmente na década de 1990, artigo histórica e clássico, referência primordial para a compreensão do Levantamento Zapatista naquele momento.

A seção de artigos abre com um texto de Michel Wieviorka, também publicado originalmente na Revista Socio - La nouvelle Revue des Sciences Sociales - FMSH, Sair da Violência - um campo em construção nas Ciências Humanas e Sociais, e enviado diretamente pelo autor como uma contribuição teórica sobre a justiça e da violência, tema urgente no atual contexto social latino-americano.

Outras contribuições valiosas estão presentes nesse número que apresentam uma reflexão sobre o acesso à justiça desde uma perspectiva institucional. São os textos O Poder Judiciário e sua imprescindível reforma como corolário do Acesso à Justiça de Alexandre Bernardino Costa e Daniela Marques de Moraes, ambos

docentes da Faculdade de de Direito da Universidade de Brasília; e um segundo de Marcelo Rossal da Universidade de la República, Uruguai, *Violência Institucional hacia los usuarios de pasta base de Cocaína en Uruguay*.

Camila Ragonezi Martins e Marcela Iossi Nogueira, da FacMais/Brasil, e Fernando Antônio de Carvalho Dantas, da Universidade Federal de Goiás, em *As epistemologias do sul e as experiências da América-Latina: um significado diferenciado para a propriedade ou outras formas de apropriação?* e María Teresa Sierra, do CIESAS/México, em *La justicia electoral y los pueblos indígenas en México: entre el universalismo de los derechos humanos y el ejercicio de la autonomía*, complementam a análise com abordagens teóricas sobre o tema da justiça em sua diversidade, multiplicidade de formas e em contextos próprios da América Latina. Por fim, Fernando García - Flacso Equador, em seu texto *Muerte y venganza entre los Waorani y Tagaeri/Taromenane de la Amazonía ecuatoriana: ¿Un caso de fetichismo jurídico o justicia intercultural?* comprova, mediante a análise de um caso específico, que não podemos falar de justiça, mas de justíças no plural, desafio esse que caracteriza a proposta editorial da Revista.

Stephen Baynes contribui com a nossa primeira edição, organizando um dossiê temático, com base na mesa de trabalho, *Derechos Territoriales, Proyectos de Desarrollo de Gran Escala y Alternativas Indígenas de Desarrollo* realizada durante o IX Encuentro de la Red Latinoamericana de Antropología Jurídica (RELAJU) no Brasil.

O número é fechado com um ensaio de Victoria Chenault, do CIESAS/México, sobre Jane Collier, professora da Stanford University, autora de referência na Antropologia Jurídica Mexicana, e com uma entrevista a professora Ester Sanchez realizada por Raquel Fajardo.

Esperamos que todas e todos tenham uma boa leitura e que consigamos contribuir com mais esse espaço de diálogo e difusão de conhecimento.